



PARTE A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Despacho (extrato) n.º 9758-A/2016

1 — Em sequência do previsto no ponto n.º 13.1 do aviso de abertura do procedimento concursal para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico do mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência da República, publicado com o n.º 8117/2016, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 123, de 29 de junho de 2016, e em cumprimento do disposto no artigo 9.º, n.º 8, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o júri deliberou aprovar a bibliografia e legislação necessárias à preparação da prova escrita de conhecimentos para efeitos de publicitação.

2 — A prova incidirá sobre as seguintes temáticas:

a) Geral:

Administração Pública — estrutura, natureza e tipologia de serviços;
Código do Procedimento Administrativo;
Lei geral de trabalho em funções públicas;
Direitos e Deveres dos trabalhadores em funções públicas;
Regime Disciplinar dos trabalhadores em funções públicas;
Sistema integrado de avaliação de desempenho da Administração Pública;
Orgânica da Presidência da República.

b) Específica:

Regime de Férias, Faltas e Licenças;
Deslocações em serviço e processamento de ajudas de custo;
Recolha e remessa de documentos para ADSE com respetiva codificação;
Arquivo corrente e intermédio — organização e classificação.
Regime Jurídico de acidentes de serviço e doenças profissionais na Administração Pública

3 — Para a realização da prova escrita de conhecimento, que incidirá sobre as temáticas descritas no ponto 2, sugere-se a seguinte bibliografia e legislação:

Manual dos Procedimentos para a remessa de documentos (ADSE)
Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo
Lei n.º 35/2014, de 20 de junho de 2014, que aprova em anexo a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas
Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro e Lei n.º 6-B/2012, de 31 de dezembro
Portaria n.º 359/2013, de 13 de dezembro
Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro
Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro
Decreto-Lei n.º 192/95, de 28 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de dezembro
Ofício-Circular n.º 1/2003 da Direção-Geral do Orçamento e Direção Geral da Administração Pública
Portaria n.º 1553-D/2008, de 31 de dezembro
Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro
Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março
Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril

28 de julho de 2016. — A Secretária-Geral-Adjunta, *Maria Helena Afonso*.

209772192

Despacho (extrato) n.º 9758-B/2016

1 — Em sequência do previsto no ponto n.º 13.1 do aviso de abertura do procedimento concursal para o preenchimento de cinco postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior do mapa de pessoal da Secretaria-Geral da Presidência da República, publicado com o n.º 7888/2016, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 24 de junho

de 2016, e em cumprimento do disposto no artigo 9.º, n.º 8, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, os júris deliberaram aprovar a bibliografia e legislação necessárias à preparação da prova escrita de conhecimentos para as Referências A, B e C, para efeitos de publicitação.

2 — A prova incidirá sobre as seguintes temáticas:

a) Geral (comum às Referências A, B e C):

Administração Pública — estrutura, natureza e tipologia de serviços;
Código do Procedimento Administrativo;
Lei geral de trabalho em funções públicas;
Direitos e Deveres dos trabalhadores em funções públicas;
Poder disciplinar;
Regime de Recrutamento e Seleção na Administração Pública;
Sistema integrado de avaliação de desempenho da Administração Pública;
Orgânica da Presidência da República.

Legislação aconselhada:

Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual
Lei n.º 4/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual
Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro que aprovou o Código do Procedimento Administrativo
Lei n.º 35/2014, de 20 de junho de 2014, que aprova em anexo a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas
Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril
Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro
Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro e Lei n.º 6-B/2012, de 31 de dezembro
Portaria n.º 359/2013, de 13 de dezembro
Lei n.º 7/96, de 29 de fevereiro
Decreto-Lei n.º 28-A/96, de 4 de abril
Decreto-Lei n.º 288/2000, de 13 de novembro
Decreto-Lei n.º 132/2009, de 2 de junho

b) Específica

Referência A

Temáticas:

Museologia e Património;
Museologia e Educação;
Proteção e valorização do Património Cultural;
Qualidade de atendimento e Serviço Público;
Código Deontológico do ICOM para os Museus.

Bibliografia aconselhada:

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. Memória e património — ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: UNI-RIO: FAPERJ: DP&A Editora, 2003.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e museus: princípios, problemas e métodos. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1997. (Cadernos de sociomuseologia, n. 10).

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museologia e comunicação. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996. (Cadernos de sociomuseologia, n. 9).

MAROVIC, Ivo 2000. Museology as a Field of Knowledge. ICOM International Committee for Museology. Study Series (8), p.6 MASACHS, Roser Calaf & Merillas, Olaia Fontal (coords.) (2004). Comunicación educativa del patrimonio: referentes, modelos y ejemplos. Col. Museología e Património, Gijón, España, Ed. Trea.

MASACHS, Roser Calaf 2005. Didáctica del patrimonio: epistemología, metodología y estudio de casos. Col. Museología e Património, Gijón, España, Ed. Trea.

MORIN, Edgar 2002. Os Sete Saberes para a Educação do Futuro. Lisboa: Instituto Piaget, Col. Horizontes Pedagógicos.

SANTOS, Maria Célia T. Moura 2000. Estratégias Museais e Patrimoniais Contribuindo para a Qualidade de Vida dos Cidadãos: diversas formas de musealização. Ciências e Letras- n.27 (jan./jun.2000). Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras ZUNZU-NEGUI, Santos. Metamorfose de la Mirada: el museo como espacio del sentido. Sevilla: ALFAR, 1990.

Páginas de consulta na Internet:

<http://www.icomos.pt> <http://icom-portugal.org> <http://www.apom.pt>
<http://www.minom-icom.net> <http://www.coe.int> <https://www.unesco-portugal.mne.pt>

Legislação aconselhada:

Decreto-Lei n.º 55/2001, 15 de fevereiro
Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro
Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto — Lei-quadro dos Museus Portugueses
Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto
Código Deontológico do ICOM para Museus;
Carta de Veneza, 1964
Carta de Nairobi, 1976
Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais, 1970
Convenção do Património Mundial | A Proteção do Património Mundial Cultural e Natural, UNESCO — Paris, 1972
Recomendação n.º 98-5 do Conselho da Europa, 17 de março de 1998
Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, 2005
Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, 2003
Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, 2001
Declaração sobre as Responsabilidades das Gerações Presentes em Relação às Gerações Futuras, 1997
Declaração do Rio de Janeiro de 1958
Declaração de Santiago do Chile de 1972
Declaração de Quebec, 1984
Declaração de Caracas, 1992
Declaração de Lisboa, Resoluções da Comissão Internacional de Formação de Pessoal de Museus, 1994

Referência B

Temáticas:

Política de informação
Informação, Administração Pública e Sociedade
Aquisição e organização da informação
Preservação e recuperação da informação
Difusão da informação
Avaliação dos serviços de informação
Profissionais de informação: ética e responsabilidade social

Bibliografia aconselhada:

BAD; INCITE; APDIS — Código de Ética para os Profissionais da Informação em Portugal, Associação Portuguesa dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

Disponível em http://www.apbad.pt/Downloads/codigo_etica.pdf
CLAYTON, P.; GORMAN, P. — Managing information resources in libraries: collection management in theory and practice. London: Facet, 2006

Comimitee in the future career opportunities and educational requirements for digital curation — Preparing the workforce for the digital curation. Washington D.C.: National Research Council — National Academies, 2015. Disponível em <http://www.nap.edu/catalog/18590/preparing-the-workforce-for-digital-curation>

Corrall, S.; Roberts, A. — Information Resource Development and “Collection” in the Digital Age: Conceptual Frameworks and New Definitions for the Network World. Disponível em:

http://d-scholarship.pitt.edu/25171/1/Corrall_%26_Roberts_%282012%29.pdf

Cruz Mundet, José Ramon; Díez Carrera, Carmen — Los costes de la preservación digital permanente. Gijón: Trea, 2015

Digital preservation strategy: 2013-2016. London: British Library, 2013. Disponível em http://www.bl.uk/aboutus/stratpolprog/collectioncare/digitalpreservation/strategy/BL_DigitalPreservationStrategy_2013-16-external.pdf

Ferreira, Miguel — Introdução à preservação digital: conceitos, estratégias e atuais consensos. Guimarães: Escola de Engenharia da Universidade do Minho, 2006

FESABID — The economic and social value of information services: libraries. Madrid: FESABID, 2014. Disponível em http://www.fesabid.org/documentos/economic_social_value_information_service_libraries.pdf

Fieldhouse, M.; Marshall, A. — Collection development in the digital age. London: Facet, 2012

GREGORY, V. — Collection development and management for the 21st century library collections: an introduction. New York: Neal-Schuman, 2011

IFLA — Descrição bibliográfica internacional normalizada (ISBD). Lisboa: Biblioteca Nacional, 2012

IFLA — Guidelines for libraries of government departments. The Hague: IFLA, 2008

IFLA — Manual UNIMARC: formato bibliográfico. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2008

INA — Bibliotecas da Administração Central do Estado: que futuro(s)? Lisboa: INA, 2015. Disponível em <http://repar.ina.pt/handle/10782/647>

MANO GONZÁLEZ, Marta de la...[et al.] — Nuevos instrumentos para la evaluación de bibliotecas: la normativa internacional ISO. Madrid: Aenor, 2014

Portugal. Biblioteca Nacional — Normas portuguesas de documentação e informação CT7. Lisboa: Biblioteca Nacional: Instituto Português da Qualidade, 2010

Portugal. Leis, decretos, etc. Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos — Lei n.º 16/2008, 1 de abril

Regras Portuguesas de Catalogação. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2010;

SANTOS, Maria Luísa F. N. dos — Organização do conhecimento e representação de assuntos. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2007

ZICKUHR, K.; RAINIE, L.; PERCELL, K. — Library services in the digital age. Disponível em: <http://libraries.pewinternet.org/2013/01/22/library-services/>

Referência C

Temáticas:

Código do Procedimento Administrativo;
Lei geral de trabalho em funções públicas;
Procedimentos concursais;
Sistema integrado de avaliação de desempenho da Administração Pública;
Arquivo corrente e intermédio — organização e classificação;
Gestão Orçamental — planeamento do orçamento, ciclos de execução da despesa e da receita e prestação de contas;
Contratação pública de bens e serviços e empreitadas públicas;
Manuais de Procedimentos Administrativos e de Gestão;
Instrumentos de gestão: mapas de pessoal, plano e relatórios de atividades, balanço social, demonstrações financeiras (Relatório e Conta de Gerência), QUAR, Plano de Prevenção de Riscos de Gestão.

Bibliografia e Legislação aconselhadas:

Manual de apoio à aplicação da LCPA (DGO)
Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo

Lei n.º 35/2014, de 20 de junho de 2014, que aprova em anexo a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas

Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril

Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro

Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro e Lei n.º 6-B/2012, de 31 de dezembro

Portaria n.º 359/2013, de 13 de dezembro

Decreto-Lei n.º 16/93, de 23 de janeiro

Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março

Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril

Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, na sua redação atual

Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro

Lei n.º 8/90, de 20 de fevereiro

Decreto-Lei n.º 26/02, de 14 de fevereiro

Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho

Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro

Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho

Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro

Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos

Portaria 671/2000, de 17 de fevereiro

Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro

Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de outubro

28 de julho de 2016. — A Secretária-Geral-Adjunta, *Maria Helena Afonso*.